

MP investiga eleição de conselhos tutelares

DA REDAÇÃO

Representantes eleitos para os dez conselhos tutelares dos Direitos da Criança e do Adolescente no Distrito Federal correm o risco de não tomar posse no cargo, prevista para o dia 14 de novembro. O Ministério Público do DF investiga indícios de irregularidades na votação, que ocorreu entre os dias 27 de setembro e 12 de outubro, e ameaça pedir a impugnação de candidatos que violaram regras da eleição.

Embora tenha fiscalizado a campanha, o Ministério Público apura, entre outras coisas, denúncias de transporte de eleitores, boca-de-urna e endereços falsos fornecidos por pessoas que votaram. No total, 50 representantes foram eleitos para os dez conselhos do DF e três do Entorno. Cerca de 40 mil eleitores participaram do processo de escolha.

Segundo a promotora Luciana Bertine, da Promotoria de Defesa da Infância e da Juventude, mais de 10 eleitos estão sendo investigados por irregularidades na campanha. “Vamos trabalhar o mais rápido possível para apurar as denúncias e impedir que os conselheiros culpados tomem posse”, afirmou.

Telegramas

Os nomes da maioria dos conselheiros escolhidos já foram publicados no Diário Oficial do DF. Restam apenas os eleitos de Planaltina, que deverão ser divulgados na segunda-feira. Apesar da confirmação da maior parte dos vencedores da eleição, o MP acredita que pode impedir a posse por meio de ação civil pública, caso confirme que houve irregularidades. A promotora Luciana Bertine informou que os conselheiros podem perder os cargos mesmo se já tiverem assumido as funções.

Um dos casos investigados pelo MP é o da professora Ediléia Fernandes da Silva, eleita conselheira em Taguatinga. No período de campanha, o presidente do PT de Taguatinga, Antônio Sabino de Vasconcelos Neto, enviou telegrama para alunos de Ediléia pedindo voto para a candidata, o que não é permitido pela resolução 57/2003 — que regulamentou o processo. Sabino confirma que enviou as correspondências, mas alega não ter conhecimento das normas. “Não sabia que não podia manifestar meu apoio a uma candidata. Fiz por ignorância”, disse. Segundo ele, a candidata não foi informada dos telegramas.

Esclarecimentos

A promotora Luciana Bertine explica que os candidatos receberam um curso de capacitação e todo o regulamento foi explicado durante o treinamento. Sabino deve prestar esclarecimento ao MP nos próximos dias.

Para a secretária-executiva do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, Sandra Martins, as eleições transcorreram normalmente e não devem ser impugnadas. “O processo de votação foi bastante transparente e não há nenhuma questão de impugnação”, defendeu. Sobre o caso de Taguatinga, Sandra disse que a alegação do presidente do PT na cidade não procede. “Ninguém pode dizer que não obedece à lei porque a desconhece”, avaliou.

As denúncias investigadas pelo MP aumentam a lista de problemas ocorridos durante eleições para os conselhos tutelares do DF. Em 2001, houve falta de segurança e estrutura nas votações. A escolha de conselheiros deveria ocorrer a cada três anos, mas muitas cidades estavam sem eleições há mais de três anos e os representantes tinham os mandatos vencidos.